



Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

PA 004/22

MPRJ 2022.00085059

PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO

Cuida-se de Procedimento Administrativo instaurado com o escopo de fiscalizar os Conselhos Tutelares de Macaé no ano de 2022.

Indexador 0001, Portaria de Instauração e Relatório Inicial de Investigação.

Indexador 0007, Ofício nº 11398/2022, do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, com o objetivo de convocar os Conselhos Tutelares para participarem da Oficina SIPIA/CT, nos dias 19 e 20 de abril. E, ainda, ofício nº 119/2022, do Conselho Tutelar I de Macaé, informando a presença na referida oficina e a consequente necessidade de ausência na audiência concentrada previamente agendada.

Indexador 0013, ata da audiência realizada no dia 25/04/2022, com o escopo de discutir o PA 2022.00085059, abordando, com relação ao Conselho aos Conselhos Tutelares, o fluxo de acolhimento, o quadro técnico, quadro administrativo, infraestrutura, resposta de ofícios e contatos do CT.

Indexador 0014, e-mail encaminhado pela Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos e Acessibilidade, contendo informações acerca do processo administrativo aberto para locação de imóvel para funcionamento do CT II, esclarecendo que, caso os documentos solicitados fossem apresentados, o contrato de locação já seria assinado até 01/06/2022.

Indexador 0015, ofício nº 452/2022, da Chefia de Gabinete do Prefeito, contendo as informações prestadas pela Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos e Acessibilidade no ofício nº 11788/2022, acerca do processo administrativo em trâmite para locação de imóvel para funcionamento do CT II.

Indexador 0016, ofício nº 087/2022, do Conselho Tutelar III de Macaé, a fim de informar os contatos atualizados.

Indexador 0019, Recibo de Proposição do Projeto de Lei nº 032/2022 do executivo, com o objetivo de regulamentar o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, o



Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Conselho Tutelar, o Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, a Comissão de Ética e o Banco de Projetos, criados pela Lei nº 1.365/1992.

Indexador 0020, remessa do Projeto de Lei nº 012/2022 aos CTs.

Indexador 0022, ofício nº 374/2022, do Conselho Tutelar I, relatando que, desde o dia 27/06/2022, a sede dos conselhos tutelares 1 e 2 encontravam-se sem funcionamento do e-mail institucional, devido a problemas no servidor.

Indexador 0023, Recomendação Nº 002/2022 da 1ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da Comarca de Macaé, a fim de que os coordenadores e conselheiros tutelares dos Conselhos Tutelares 1, 2 e 3 elaborassem planilha de serviço ou lista de registro de vista periódica dos procedimentos administrativos existentes; fossem revistos todos os procedimentos que ficaram sem movimentação desde o advento da pandemia de COVID - 19, no prazo máximo de 90 dias; ao assumirem o cargo, fosse entregue aos novos conselheiros tutelares relação contendo todos os procedimentos administrativos anteriores a sua posse, que passarão a ser de sua referência.

Indexador 25, Diário Oficial de Macaé, de 22 de julho de 2022, contendo a publicação da lei nº 4.921/2022, que regulamenta o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Tutelar, o Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, a Comissão de Ética e o Banco de Projetos, criados pela Lei nº 1.365/1992.

Indexador 0029, ofício 406/2022, do Conselho Tutelar I de Macaé, informando que, em reunião ocorrida no dia 25/05/2022 junto à Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos e Acessibilidade, foi exposta a necessidade de reposição do quadro técnico, sendo sinalizada a ausência de assistente social.

Indexador 0030, ciência do Conselho Tutelar I acerca da Recomendação Nº 002/2022 expedida pelo Ministério Público.

Indexador 0031, ciência do Conselho Tutelar II acerca da Recomendação Nº 002/2022 expedida pelo Ministério Público.

Indexador 0036, ciência do Conselho Tutelar III acerca da Recomendação nº 002/2022 expedida pelo Ministério Público.

Indexador 0038, ofício nº 776/2022, da Chefia de Gabinete do Prefeito, encaminhando o PL 012/2022, sancionado pelo Prefeito Municipal.



Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Indexador 0042, ofício nº 221/2022, do Conselho Tutelar II de Macaé, contendo informações acerca dos infantes XXXXXXXXXXXX, XXXXXXXXXXXX e XXXXXXXXXXXX, esclarecendo que as referidas crianças passaram um pernoite no CT, no dia 26 de agosto de 2022, vez que a genitora iria alugar uma casa para conviver em companhia dos filhos.

Indexador 45, Diário Oficial de Macaé, de 22 de julho de 2022, contendo a publicação da lei nº 4.921/2022, que regulamenta o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Tutelar, o Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, a Comissão de Ética e o Banco de Projetos, criados pela Lei nº 1.365/1992.

Indexador 0048, ofício nº 999/2022, da Chefia de Gabinete do Prefeito, encaminhando as manifestações remetidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos e Acessibilidade por meio do ofício nº 13148/2022, que destaca a ausência de assistente social na equipe técnica do Conselho Tutelar I, esclarecendo que a Secretaria já havia solicitado à Secretaria Municipal Adjunta de Recursos Humanos o encaminhamento de assistente social.

Indexador 0049, ofício nº 1000/2022, da Chefia de Gabinete do Prefeito, encaminhando as manifestações remetidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos e Acessibilidade por meio do ofício nº 13146/2022, que destaca, dentre outros assuntos, acerca da mudança de sede do Conselho Tutelar II, ausência de assistente social no Conselho Tutelar I, destacando o encaminhamento de assistente social temporário para o órgão, esclarecendo, ainda, que a Servidora lotada no CT I vinha realizando plantões nos Conselhos Tutelares II e III.

Indexador 0050, ofício nº 1001/2022, da Chefia de Gabinete do Prefeito, encaminhando as manifestações remetidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos e Acessibilidade por meio do ofício nº 13147/2022, acerca do nome, matrícula e carga horária do assistente social atuante no Conselho Tutelar I.

Indexador 0055, resposta ao ofício nº 0801/2022, do Conselho Tutelar I de Macaé, informando a lotação da Servidora XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, na função de assistente social.

Indexadores 0056, 0057 e 0059, convite da Prefeitura de Macaé, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social,



Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Direitos Humanos e Acessibilidade para a reinauguração do Conselho Tutelar II, que ocorreu no dia 27/10/2022.

Indexador 0060, ofício nº 426/2022, do Conselho Tutelar II de Macaé, esclarecendo que não houve tempo hábil para completar as solicitações previstas na Recomendação nº 002/2022, em razão do período de mudança de sede.

Indexador 64, ofício nº 744/2022, do Conselho Tutelar I de Macaé, informando que o Conselho Tutelar I estava em fase de encerramento de Relatório, no entanto, por motivos de mudanças diárias, ainda não possuía as informações finais, requerendo, portanto, a dilação do prazo em 30 (trinta) dias.

Indexador 0065, ofício nº 462/2022, do Conselho Tutelar II de Macaé, contendo Planilha atualizada de Procedimentos Administrativos, de acordo com a Recomendação nº 002/2022.

Indexador 0066, ofício nº 158/2022, do Conselho Tutelar III de Macaé, contendo lista dos procedimentos administrativos do órgão, nos termos da Recomendação nº 002/2022.

Indexador 0068, convite aos Conselhos Tutelares para integrarem a reunião presencial a ser realizada no dia 25/01/2023 às 15h, para tratar acerca da Recomendação expedida pelo Ministério Público, especialmente sobre a necessidade de revisão periódica dos feitos.

Anexo I - Demandas apresentadas pelo Conselho Tutelar I;

Anexo II - Demandas apresentadas pelo Conselho Tutelar II.

Anexo III - Demandas apresentadas pelo Conselho Tutelar

III.

Anexo IV - Procedimento Administrativo MPRJ 2021.00095698.

É o breve relatório.

No vertente caso, o procedimento administrativo foi instaurado com o escopo de fiscalizar os Conselhos Tutelares de Macaé no ano de 2022.

Desta forma, o objeto do presente procedimento foi alcançado com a juntada de toda a documentação referente à fiscalização dos referidos equipamentos no ano de 2022.

Destaque-se que foram tomadas todas as providências cabíveis em relação às denúncias recebidas, que culminaram na expedição de Recomendação, bem como na realização de diversas reuniões para tratar das deficiências apontadas nas unidades.



Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Saliente-se que questões não solucionadas no Procedimento Administrativo em epígrafe continuarão a ser acompanhadas pelo Ministério Público no bojo do Procedimento Administrativo de acompanhamento dos Conselhos Tutelares referente ao ano de 2023, a ser instaurado.

Pelo exposto, promovo o arquivamento do procedimento administrativo, nos termos do art. 37 da resolução GPGJ 2227/2018.

Assim, determino à Secretaria:

1. Junte-se aos autos cópia da portaria de instauração do Procedimento Administrativo instaurado para fiscalizar os Conselhos Tutelares de Macaé no ano de 2023;
2. Junte-se cópia integral deste procedimento (2022) no Procedimento Administrativo instaurado para para fiscalizar os Conselhos Tutelares de Macaé no ano de 2023;
3. Após, determino que os autos sejam arquivados na Promotoria, com a comunicação ao Conselho Superior, sem a remessa dos autos, nos termos do art. 37 da resolução GPGJ nº 2227/2018.

Macaé, 19 de janeiro de 2023.

LUCAS FERNANDES BERNARDES

Promotor de Justiça

Mat. 7043

LUCAS
FERNANDES
BERNARDES:0
6218675602

Assinado de forma
digital por LUCAS
FERNANDES
BERNARDES:0621867
5602
Dados: 2023.01.24
11:19:58 -03'00'